

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS, MEDOS E PERSPECTIVAS DE ESTUDANTES - BOLSISTAS PIBID-UERJ/FEBF

Adriana do Carmo Corrêa Gonçalves¹
Jozy de Oliveira Dias²
Maria Luíza Silva³

RESUMO

Com o objetivo de explicitar experiências formativas construídas no Programa Institucional de Bolsas de Inicialização à Docência (Pibid), no subprojeto alfabetização, coordenado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Assumimos o desafio de pensar propostas pedagógicas para formação do leitor na creche. As creches eram instituições destinadas às crianças das classes operárias, para amparo e guarda. Diante das questões das estudantes-bolsistas nos encontros síncronos e assíncronos, reorganizamos as ações formativas do programa, incorporando as proposições de Freire (2002, 2008), destacando que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. O subprojeto é coordenado por três professoras da universidade, e conta com a participação de 16 estudantes-bolsistas e 4 professoras da educação básica. Paulatinamente, as bolsistas foram incorporando a concepção de criança cidadã e co-construtora de cultura e perceberam que mesmo na creche é possível criar práticas para formar leitores.

PALAVRAS-CHAVE:

Creche, Formação do Leitor e Docência.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Formação de Professores da UERJ-FEBJ, pesquisadora do campo das infâncias, formação de professores e educação infantil.

² Pedagoga, esteve como estudante-bolsista do Pibid-UERJ-FEBF, ano de 2020=2022.

³ Estudante-bolsista do Pibid-UERJ-FEBF. Aluna de graduação do curso de Pedagogia FEBF

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida. (DIDONET, 2001, p.12).

INTRODUÇÃO

Esse texto assumiu o escopo de apresentar um recorte das vivências no Programa Institucional de Bolsas de Inicialização à Docência (Pibid). Programa do governo federal, que concede bolsas aos estudantes de graduação de cursos presenciais para estágios formativos e não curriculares obrigatórios nas escolas públicas. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o programa se organiza em núcleos de um subprojeto de alfabetização, envolvendo a formação do leitor. Nesse texto, tratamos do núcleo UERJ-FEBF, coordenado por três professoras doutoras, duas na condição de bolsistas, com revezamento e uma voluntária. Iniciamos no programa em novembro de 2020, com 16 estudantes-bolsistas e 2 voluntárias.

Em função da pandemia sanitária que assolou o planeta, o programa sistematizado para uma realidade anterior à pandêmica, se pautava em ações presenciais, que foram ajustadas para o formato remoto, ampliando os desafios, uma vez que, a possibilidade de aprender, presencialmente, sobre e com o cotidiano, as crianças e os profissionais das unidades educacionais foi mediada através das ações remotas.

As vivências com o Pibid, na interface da creche trouxe à tona a necessidade de aprofundarmos leituras de Freire (2002 e 2008) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2012). Conceber a creche, como uma das formas concretas de assegurar o direito à educação da criança pequena no contexto brasileiro e sua formação leitora foi, de início uma tarefa árdua para as estudantes-bolsistas. Foi preciso compreender, que a educação da criança pequena se compõe pelas interações, brincadeiras, cuidados, educação e protagonismo infantil, garantido nas (DCNEI, 2012).

Para melhor compreender parte dos medos, das incertezas e das angústias que envolveram as estudantes-bolsistas em nossas interações no Pibid - 2020, com relação à creche, organizamos oficinas, encontros síncronos e assíncronos que abarcaram a história do surgimento da creche na sociedade brasileira, estudamos os documentos legais que sistematizam a educação da criança como direito e importantes referências teórico-metodológicas cujo tema é a educação da criança pequena. Desenvolvemos ações sobre leitura e escrita na educação infantil.

CRIANÇAS PEQUENAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Situar a criança pequena no circuito das políticas públicas em educação, é um movimento que data do final dos anos 80. A criança pequena ganha centralidade nas iniciativas ou políticas do Estado brasileiro, com o advento da industrialização, que exigiu

um contingente elevado de mão de obra e forçou o processo migratório do campo para cidade. Diante da demanda por operários nas fábricas, as mulheres-mães, diminuem sua presença no lar, para ocuparem como operárias as indústrias. A mulher modifica seu papel na sociedade, outrora estava restrita ao espaço doméstico e aos cuidados com filhos /filhas.

Essa transformação na função da mulher, do lar para a fábrica, cria demanda em relação aos cuidados e amparo da prole dos operários. O amparo das crianças das classes operárias não ocorreu por ação do governo ou empregadores. Num primeiro momento, as mulheres se organizaram, para que outras mulheres pudessem cuidar e guardar as crianças, durante as horas excessivas de trabalho nas 1 fábricas. As mulheres que cuidavam das crianças para que as mulheres-mães pudessem trabalhar, foram chamadas de mães-crecheiras.

Surgem, então, as “creches caseiras”, cujo atendimento era feito na casa de uma das mães vizinhas, sem nenhuma outra orientação senão o modelo familiar de cuidados com a criança. Esse mesmo modelo era observado também nas creches públicas que tinham como cuidadoras as “mães crecheiras”, sem nenhuma formação específica. A dificuldade em se obter subsídios governamentais para a implementação de vagas foi, em parte, consequência das críticas feitas pelos acadêmicos, que temiam a retirada de verba das escolas alfabetizadoras (PEDROZO, 2016, p.72).

O Estado não se responsabiliza pelo atendimento às crianças das classes operárias, além disso, as poucas iniciativas estatais estavam vinculadas à assistência, assumindo uma proposta de educação higienista e compensatória. As poucas creches que surgiram estavam ligadas às indústrias ou à política de amparo social e filantrópico. E assumiram como propósito cuidar e guardar as crianças das classes populares, com foco na alimentação, guarda, proteção e cuidados básicos de higiene. Durante esse período, as creches não assumiam um compromisso político com a educação e o desenvolvimento infantil, apesar disso, não podemos afirmar que não asseguravam para as crianças, interfaces educativas e formativas. “Embora as creches e pré-escolas para os pobres tenham ficado alocadas à parte dos órgãos educacionais, as suas inter-relações se impuseram, pela própria natureza das instituições” (KUHLMANN JR, 2000, p.8).

Diante da omissão do Estado, frente às condições precárias de atendimento às infâncias das classes populares, os movimentos sociais (feministas, operários, acadêmicos e sindicais) foram cruciais para que o Estado assumisse responsabilidade com o atendimento às crianças. As lutas feministas de 1943, corroboram para que a creche seja integrada na legislação brasileira, como um direito da mulher trabalhadora. É importante assinalar, que nessa conquista o foco foi a mulher mãe-trabalhadora e não a criança e suas especificidades.

A história do atendimento à criança pequena, com sua centralidade na mulher mãe-trabalhadora, com vínculo na assistência e na filantropia contribuem para parte das incertezas e angústia das estudantes-bolsistas do Pibid. Parte das falas e dos posicionamentos das estudantes-bolsistas indicam que não incorporaram/acompanharam as transformações legais impostas pela legislação brasileira, desde o final da década de 80, para à educação da criança pequena.

Na atualidade, a criança pequena ocupa o status de cidadã de direitos, apesar disso, a creche é marcada por uma diversidade no atendimento, observamos práticas diversas que nem sempre coadunam cuidado, brincadeira e educação. A esse propósito, Nunes (2005) informa:

A trajetória da educação das crianças de 0 a 6 anos assumiu e assume ainda hoje, no âmbito da atuação do Estado, diferentes funções, muitas vezes concomitantemente. Dessa maneira, ora assume uma função predominantemente assistencialista, ora um caráter compensatório e ora um caráter educacional nas ações desenvolvidas. (2005, p. 08).

Os documentos legais e oficiais vigentes reconhecem os direitos das crianças e nomeiam formas concretas para que sejam assegurados. No bojo das conquistas, destacamos o direito educacional, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN) e no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei de nº 8.069/90 (ECA). Este último nos informa em seu artigo 53 que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de 1 sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (...). “A década de 90 assistiu a alguns novos marcos. Um deles foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que concretizou as conquistas dos direitos das crianças promulgadas pela Constituição” (OLIVEIRA, 2008, p.117).

Embora a Constituição Federal (1988) tenha ressignificado o lugar social das crianças, a sociedade brasileira ainda não conseguiu assegurar de forma quantitativa e qualitativa ações que assegurem para as crianças em sua universalidade acessem seus direitos e gozem da condição de cidadã, principalmente quando tratamos da creche. “O acesso à Educação Infantil, especialmente à creche, é um caso clássico de desigualdade no nosso país” (COUTINHO e ALVES, 2019, p. 205). No que diz respeito à educação infantil, na maioria dos municípios brasileiros, a creche tem uma demanda de vaga, muito superior à oferta de vagas.

Além dos impedimentos políticos que limitam o acesso, no Brasil ainda enfrentamos as diferentes concepções de creche arraigadas no imaginário social e político, classificando a creche como espaço unicamente assistencialista e de direito da mulher mãe-trabalhadora. A creche como forma concreta de direito educacional da criança pequena está longe ser uma concepção traduzida amplamente na sociedade brasileira.

Muitos são os desafios para que a creche se constituía como espaço de cuidado, educação, interações e brincadeiras. E, justamente, por estar fixada no imaginário social como um lugar para dar assistência às crianças de classes populares, desenvolver propostas formativas com estudantes-bolsistas do Pibid no âmbito da creche passou a ser um desafio, principalmente quando o foco é a formação do leitor. O subprojeto alfabetização Pibid-UERJ-FEBF, pautou suas ações em três eixos formativos (leitura literária, alfabetização discursiva e práticas pedagógicas). Formar leitor dentro da perspectiva da leitura literária, assim como integralizar crianças bem pequenas com interfaces da alfabetização discursiva na creche passou a ser o cerne da formação, com as estudantes-bolsistas.

CUIDADO COM A CRECHE, QUE A CRECHE QUE TE PEGA: LEITURA DAQUI LEITURA E DE LÁ

O título dessa seção enfatiza o medo por parte de algumas estudantes-bolsistas, com relação ao trabalho a ser desenvolvido na creche. O Pibid na UERJ=FEBF se organizou em duas instituições de ensino, uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, no município

de Duque de Caxias, com a participação de duas professoras do 1º e 2º anos. A outra instituição é uma creche da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo duas professoras.

O processo seletivo das estudantes-bolsistas envolveu as três coordenadoras, foi uma ação única, que após a seleção foi necessário pautar a distribuição delas nas instituições. Essa distribuição evidenciou que a creche não era primeira opção da maioria, que não se sentia confortável para viver experiências de formação do leitor na creche.

Como ressaltou Nunes (2005), o Estado não permite que tenhamos clareza a respeito da função da creche na sociedade brasileira. Soma-se à ausência de vontade política do Estado, a manutenção em alguns espaços de creche, que insistem em centralizar práticas de cuidados em detrimento da indissociabilidade entre cuidar e educar. Assim, não foi surpresa para coordenação, a resistência das estudantes-bolsistas com relação à creche.

Após a alocação das estudantes-bolsistas na creche, as ações formativas exigiram a elaboração de planejamento/ações voltadas para formação do leitor na educação infantil. Essa ação teve como etapas precedentes a formação teórica, com encontros síncronos e assíncronos, com base na roda de conversa *on line*, tendo por referência as bibliografias recomendadas. Apesar da coordenação e orientação constantes, as estudantes-bolsistas manifestaram que planejar para creche é uma tarefa penosa.

Durante os encontros, alguns relatos explicitaram anseios e medos. *“Professoras, como nessa atividade, a gente podia escolher para que o público seria o planejamento, eu até pensei em fazer para creche, pois já tive uma curta experiência no estágio. Mas não me senti segura, fiquei pensando como fazer e o que fazer para crianças de creche”* (Fala da Estudante-bolsista 1). Essa revelação foi o gatilho que as demais estudantes-bolsistas precisavam para expor suas questões. *“Eu também senti muita dificuldade, fiquei relutando para fazer ou não o planejamento para creche. Mas confesso que estou intrigada. Já sou professora, dou aula de Geografia para adolescentes e minha mãe é diretora de creche. Mas pensar a educação da criança em creche, ainda mais com leitura e escrita foi um desafio”* (Fala da Estudante-bolsista 2).

As falas acima indicam que, as estudantes-bolsistas ignoravam que: “quando um bebê chega à creche traz consigo, uma experiência, um modo de viver e manifestar-se, de conhecer e interagir com o mundo” (BARBOSA e HORN, 1998, p. 45). E, permitem que compreendamos que, talvez persista ainda uma visão da creche como um espaço direcionado ao assistencialismo. Além disso, podemos considerar que as estudantes-bolsistas não traduziam em suas reflexões, as (DCNEI, 2012), que afirmam:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2012, p. 12).

Percebemos nas ações formativas que pensar propostas para crianças bem pequenas é um desafio para o grupo. Pelos relatos foi possível compreender, que havia uma ligeira limitação das estudantes-bolsistas em articularem em suas propostas, uma concepção de criança produtora de culturas. Quando convidadas a refletir sobre a proposta, algumas revelaram suas dificuldades, pois não sabiam como iniciar a elaboração de um plano de atividades para crianças tão pequenas.

As dificuldades e resistências trouxeram para o contexto da formação do Pibid o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. De acordo com o autor, a leitura de mundo antecede a leitura da palavra. As crianças de creche ainda não dominam a leitura convencional das palavras, em contrapartida são ativas e criativas, capazes de representar e apresentar suas variadas leituras de mundo. *“A leitura do mundo precede a leitura da*

palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FRERE, 2008, p. 11, grifo nosso). A educação infantil, primeira etapa da educação básica, recebe os leitores de mundo, para que tenham oportunidades durante as interações e brincadeiras, de conviverem com a leitura e escrita social da palavra.

Crianças bem pequenas em contexto de formação educacional já convivem com a leitura e escrita em suas socializações e brincadeiras. Convivem em alguns espaços com formas não sistematizadas de letramento e no interior das instituições educativas, vivenciam práticas de letramento sistematizadas, seja nas rodas de conversas, nas brincadeiras, nas atividades com cantigas de rodas, na confecção de cartazes e murais e nas rodas de leituras. Criar espaços para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da linguagem é fundamental para as aprendizagens na educação infantil, como destacou (CARDOSO, 2012).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As atividades síncronas e assíncronas do subprojeto alfabetização Pibid-UERJ, núcleo FEBF, logo em seu início possibilitou uma reorganização das atividades propostas no projeto original, uma vez que, esbarramos com um obstáculo, as estudantes-bolsistas ainda não haviam compreendidos as conquistas recentes que favoreceram transformações nas funções da creche na sociedade brasileira. De repente, por isso, apresentaram dificuldades em organizar suas propostas pedagógicas para docência na creche, por isso, Freire assumiu contornos vultosos, na organização e planejamento das ações formativas.

As incertezas que cercaram as estudantes-bolsistas, contribuíram para a intensificação do estudo de bibliografias que tratam da formação do leitor, da leitura literária, da literatura como pretexto na ação pedagógica. A formação investiu para que incorporassem uma concepção de criança cidadã e co-constutora de cultura. Enquanto Carlos Drummond tinha uma pedra no caminho, as estudantes-bolsistas Pibid UERJ-FEBF tinham uma creche no caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Ática, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Resolução n. 2, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 2012.

CARDOSO, Bruna Puglisi de Assumpção. **Práticas de linguagem oral e escrita na educação infantil.** – São Paulo: Editora Anzol, 2012.

COUTINHO, Ângela Scalabrin e ALVES, Thiago. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 194-217, mai./jun. 2019.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Alberto/**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. V. 18. Nº 73, Brasília, 2011, p. 11-28.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14.

NUNES, Deise Gonçalves. **Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania.** In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Educação da infância: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008. 1

PEDROZO, Luiz Henrique Batista de Oliveira. **O direito à educação infantil e sua inclusão na linha de ação de políticas sociais básicas do estado: avanços e desafios.** Dissertação (Mestrado) – UENP/Campus de Jacarezinho/Programa de Pós-graduação em Ciência Jurídica, 2016.